

A vez do Judiciário

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, acha que seria "salutar" se o Judiciário tomasse a iniciativa de promover uma auto-investigação, a exemplo do que fez o Legislativo. "Há um fenômeno nacional em busca de nitidez e clareza das coisas públicas", afirmou, durante intervalo na programação da visita presidencial a essa cidade na fronteira com o Brasil. "O Judiciário é o encarregado de julgar os cidadãos. Se eles resolverem fazer uma pesquisa, um inquérito...", sugeriu. Em Brasília, o senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que presidiu a CPI do Orçamento, defendeu essa "auto-investigação" no Judiciário, mas lembrou que o órgão costuma se ofender com a proposta.

"Se queremos dar um banho de ética no Brasil, não pode ser só no Legislativo", afirmou Passarinho. Para o senador, a corregedoria do Judiciário deveria funcionar de forma mais transparente para facilitar o acompanhamento da opinião pública. "O sistema judiciário brasileiro funciona de forma corporativista", criticou.

O ministro Maurício Corrêa lembrou que os três poderes são autônomos e que a formação de

uma comissão para apurar prováveis irregularidades no Judiciário teria que ser decidida pelos próprios tribunais. "Se eles tomassem essa iniciativa, ela seria bem-vinda para a sociedade", disse, lembrando os casos de irregularidades cometidos pelos juízes do INSS. Maurício Corrêa destacou que na condição de senador é a favor da criação de uma comissão de controle externo do Judiciário, mas ainda não examinou esta proposta em nome do governo.



Corrêa: "Fenômeno nacional"